

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

1) DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, situado na Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo Senhor Alceu Mazzioni comunica os interessados que está realizando o Processo Licitatório de nº 71/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 35/2015, do tipo Menor Preço, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 017/2007.

2) DATAS, HORÁRIOS E ENDEREÇO PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) Data para retirada do edital: A partir de 23/06/2015 até 06/07/2015.
- b) Entrega dos Invólucros: Até às 08:30 horas do dia 06/07/2015.
- c) Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 06/07/2015 às 09:00 horas.
- d) Endereço: Rua Celso Tozzo, nº 27, centro, Cordilheira Alta, SC.
- e) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer falta superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da pregoeira em contrário.

3) DO OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no anexo I deste edital.

4) DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Secretaria Agricultura

Projeto Atividade n. 1.011

Elemento n. 449000

Secretaria de Infraestrutura:

Projeto Atividade n.1.017;

Elemento n. 449000

5) DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar do certame todos os interessados que atenderem as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2 Como condição de participação, em atendimento ao art. 4º, VII, da Lei 10.520/2002, a empresa deverá declarar, conforme modelo ANEXO V, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. Tal declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, após a fase de credenciamento, ou ser feita verbalmente, com registro em Ata.

5.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, as empresas interessadas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;
- c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- e) Aqueles que se enquadram no art. 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;
- f) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista;
- g) Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

6) DA RETIRADA, DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1 O Edital pode ser retirado de segunda a sexta feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas, na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, junto ao Departamento de Compras ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br;

6.2 A solicitação de esclarecimentos a respeito do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverão ser efetuados por escrito ou pelo telefone nº (49) 33589100, fax nº (49) 33580076, até o 3º (terceiro) dia útil antecedente a data estabelecida no item 2, para o início da sessão pública.

6.3 É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão Presencial por irregularidade na aplicação da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta, através de solicitação de impugnação à Comissão Permanente de Licitação.

6.4 A Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.5 Acolhida à impugnação contra este edital será designada nova data para a realização do certame, exceto, quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

7) DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão pública do Pregão Presencial, iniciando-se com o recebimento dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e com o credenciamento dos interessados.

7.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

7.3 A pregoeira poderá no início da sessão:

- Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- Estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- Permitir ou não a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

8) DO CREDENCIAMENTO

8.1 O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira, no dia da abertura dos envelopes, até quinze minutos antes da abertura dos mesmos, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse do representado.

8.2 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

8.3 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.3.1 Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura, Contrato Social devidamente Autenticado do outorgante como dirigente da empresa.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

8.3.2 É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

8.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

OBS: Todos os documentos, exigidos para credenciamento, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração pertencente à Comissão de Licitações e/ou Cadastro de Fornecedores. A autenticação por Funcionário Público desta Administração somente será realizada até quinze minutos antes do horário de credenciamento.

8.5 O credenciamento no momento da licitação implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

8.6 A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

8.7 Cada representante poderá representar um único licitante.

9) DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

9.1 A proposta deverá ser impressa, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, podendo ser usado o formulário fornecido pelo Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº: 01 “PROPOSTA”

DA: NOME DA EMPRESA

À: COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 71/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015

ABERTURA: às 09:00 HORAS DO DIA: 06/07/2015

9.2. A proposta deverá ser feita indicando valor unitário e total do item observando os valores máximos permitidos por item, conforme discriminado no ANEXO II deste Edital.

9.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

9.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

9.5. Na proposta de preço serão consideradas apenas duas casas após a vírgula e deverá ser cotado em moeda nacional.

9.6. O preço ofertado será líquido, já incluso todos os impostos fretes, embalagens e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

9.7. Deverá ser indicada todos os elementos necessários para à perfeita identificação do Objeto licitado.

9.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

10) DA ETAPA DE LANCES

10.1 Após o exame e classificação das propostas de preços, a Pregoeira, para cada item, proclamará os proponentes que apresentarem a proposta de menor preço, e as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas.

10.2 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem ao requisito do item anterior serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

10.3 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.4 Os lances verbais deverão ser ofertados sobre o valor do item.

10.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

10.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

10.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.9 Caso não se realizem lances verbais, será considerada a proposta de menor preço, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11) DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 A pregoeira deverá verificar a aceitabilidade do melhor preço ofertado.

11.2 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, presente nos autos que originou o Pregão.

11.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências para habilitação previstas no Item 12, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

12) DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

12.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº: 02 “HABILITAÇÃO”

DA: NOME DA EMPRESA

À: COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 71/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015

ABERTURA: às 09:00 HORAS DO DIA: 06/07/2015

12.2 A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

II - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal conjunta INSS.

III - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

IV - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.

V - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

VI - Prove de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão negativa (CNDT).

VII - Certidão negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial.

VIII - Ato Constitutivo, Contrato Social Autenticado.

IX - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” conforme modelo constante em Anexo.

X – Declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos de qualificação, na forma do § 2º, artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

OBS: Os documentos exigidos para habilitação que forem apresentados na fase de credenciamento ficam dispensados de serem apresentados no envelope de nº 02 (dois).

12.3 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

12.4 Os documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante.

12.5 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas ou não sejam cópias legítimas.

12.6 Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

12.7 Os documentos sem validade expressa considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

12.8 Os licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 46 da referida Lei Complementar, deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, Certidão da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas emitida dentro do ano de 2015, comprovando essa situação.

13) DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Tendo o licitante manifestado à intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem às contra razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.3 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

13.4 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão.

14) DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela autoridade competente.

14.2 O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, ou seja, àquele que apresentar a proposta mais vantajosa para Administração.

15) DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município o objeto licitado.

15.2 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

16) DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO

16.1 A entrega do Objeto licitado deverá ser efetivada em até **15 dias**, após a emissão da Autorização de Fornecimento.

17) DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O contrato terá validade de 01 (um) ano a contar da data de sua emissão.

18) DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

18.2 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da línea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

19) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a entrega do objeto desta licitação.

19.2 Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital.

19.3 Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

20) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Caberá ao licitante vencedor, a partir da assinatura do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas descritas no Edital de Pregão Presencial nº 35/2015 e Anexos.

- a) Executar o objeto desta licitação conforme condições estipuladas no edital e anexos.
- b) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas pelo Poder Público.
- c) Responder pelos danos causados à Administração e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega do objeto.
- d) Fornecer a devida Nota Fiscal, nos termos da Lei.

e) Fornecer garantia de 01 (um) ano sem limite de quilometragem.

20.2 Ao licitante vencedor caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

20.3 É vedado ao Licitante Vencedor subcontratar outra Empresa para entrega do objeto deste Pregão Presencial.

21) DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

21.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

21.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

21.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto licitados;
- b) Executar o objeto licitado fora das especificações constantes no edital;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

21.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

21.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

21.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

22) DAS PENALIDADES

22.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

22.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

22.3 As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

23) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.2 A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.3 Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 017/2007.

23.4 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Administração Pública, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

23.5 Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

23.6 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

24) DOS ANEXOS

24.1 Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Proposta;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento art. 7, XXIII CF
- d) ANEXO IV – Carta de Credenciamento;
- e) ANEXO V – Declaração Requisitos de Habilitação;
- f) ANEXO VI – Declaração de inexistência de fatos impeditivos de qualificação;
- g) ANEXO VII - Minuta do Contrato.

Cordilheira Alta (SC), 22 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 35/2015**

DADOS DO SOLICITANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
ENDEREÇO: Rua Celso Tozzo, nº 27, centro.
FONE: (49) 33589100

OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência aquisição dos veículos, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o menor preço por item.

JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

Para atendimento às ações e projetos da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura.

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital, bem como com valores acima do valor máximo previsto.

JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de menor preço por item.

DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os veículos a serem adquiridos são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	Aquisição de 01 (um) automóvel zero km, tipo pick-up, cor branca, cabine simples para dois ocupantes, 02 portas, ano/modelo 2015/2016, motor 47 cilindros de 08 válvulas, com mínimo de 1.368 cilindradas, potência mínima de 85(g) e 86(e) CV, protetor de caçamba, capacidade mínima da caçamba de 1220 litros, capacidade mínima de carga 705kg, tanque de combustível capacidade mínima de 58 litros, airbag duplo frontal, rádio cd/mp3, freios ABS, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, para choque traseiro com estribos antiderrapantes, assoalho da cabine em carpete, suspensão elevada e suspensão traseira	und	01		42.000,00	

	com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais, grade de proteção do vidro traseiro e porta escada, protetor de Carter, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.					
02	Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilometro, tipo furgão, fechado em monobloco original de fábrica, ano/modelo 2015/2016, para dois ocupantes, 03 portas, motor 4 cilindradas, 08 válvulas, com mínimo de 1368 cilindradas, potencia mínima de 85 (g) e 86 (e) CV, capacidade volumétrica mínima de 3100 litros, capacidade de carga 650kg, capacidade mínima tanque de combustível de 58 litros, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, rádio cd/mp3, pára-brisa degradê, computador de bordo, farois de neblina, airbag duplo frontal (motorista e passageiro), freios ABS, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, assoalho do furgão com tapete de borracha, suspensão traseira, eixo rígido com molas parabólicas e longitudinais, protetor de Carter, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.	und	01		54.500,00	

DA ENTREGA DOS VEÍCULOS

A entrega do Objeto licitado deverá ser efetivada em até **15 dias**, após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A Administração Pública Municipal é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos, diretamente ou por postostos designados.

Cordilheira Alta, SC, em 22 de junho de 2015.

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para _____, modalidade Pregão Presencial n.º 35/2015, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	Aquisição de 01 (um) automóvel zero km, tipo pick-up, cor branca, cabine simples para dois ocupantes, 02 portas, ano/modelo 2015/2016, motor 47 cilindros de 08 válvulas, com mínimo de 1.368 cilindradas, potência mínima de 85(g) e 86(e) CV, protetor de caçamba, capacidade mínima da caçamba de 1220 litros, capacidade mínima de carga 705kg, tanque de combustível capacidade mínima de 58 litros, airbag duplo frontal, rádio cd/mp3, freios ABS, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, para choque traseiro com estribos antiderrapantes, assoalho da cabine em carpete, suspensão elevada e suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais, grade de proteção do vidro traseiro e porta escada, protetor de Carter, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.	und	01			
02	Aquisição de 01 (um) automóvel zero quilometro, cor branca, tipo furgão, fechado em monobloco original de fábrica, ano/modelo 2015/2016, para dois ocupantes, 03 portas, motor 4 cilindradas, 08 válvulas, com mínimo de 1368 cilindradas, potencia mínima de 85 (g) e 86 (e) CV, capacidade volumétrica mínima de 3100 litros,	und	01			

<p>capacidade de carga 650kg, capacidade mínima tanque de combustível de 58 litros, ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, rádio cd/mp3, parabrisa degrade, computador de bordo, faróis de neblina, airbag duplo frontal (motorista e passageiro), freios ABS, cambio de 05 marchas a frente e 01 a ré, assoalho do furgão com tapete de borracha, suspensão traseira, eixo rígido com molas parabólicas e longitudinais, protetor de Carter, tapetes e demais equipamentos exigidos por Lei.</p>					
---	--	--	--	--	--

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a aquisição.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão presencial.

LOCAL E DATA: __/__/____.

**NOME E CPF
 ASSINATURA DO
 REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO III

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º XIII DA CF

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz.

LOCAL E DATA: __/__/____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO IV

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

MODELO DE MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

“COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO”

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

A _____ (nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação) _____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

LOCAL E DATA: __/__/____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO V

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

MINUTA DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

A _____(nome do licitante)_____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

LOCAL E DATA: __/__/_____.

**NOME E CPF
ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.

ANEXO VI

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS A
CONTRATAÇÃO**

A empresa....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº **DECLARA**, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo a nossa participação na licitação Pregão Presencial nº ____, Processo Licitatório nº ____, da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, que não fomos declarados inidôneos e não estamos impedidos de contratar com o Poder Público, nem suspensos de contratar com a Administração, nos comprometendo a comunicar ocorrência de fatos supervenientes

Por ser expressão da verdade, assino a presente.

LOCAL E DATA: __/__/____.

**NOME CPF E
ASSINATURA DO
REPRESENTANTE COM CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º .../2014

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, E A
EMPRESA _____, CNPJ N.º
_____.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2015**

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, estabelecido a Rua: logradouro Celso Tozzo, n.º 27, Centro, Cordilheira Alta - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo Senhor Alceu Mazzioni, e a Empresa, sediada à, no Município, Estado de, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representado por seu, inscrito no CPF n.º, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Administrativo n.º. 71/2015, Pregão Presencial n.º 35/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

II - Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do Edital, aos quais as partes acham-se vinculadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

I - Do Preço:

O valor a ser pago pelo veículo é de R\$ (.....) incluindo-se nele todas as despesas de transporte, tributos e demais custos.

II - Da Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

III - Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Secretaria Agricultura:

Projeto Atividade n. 1.011

Elemento n. 449000

Secretaria de Infraestrutura:

Projeto Atividade n.1.017;

Elemento n. 449000;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

I - Vigência: O presente contrato vigorará por 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura.

II - Prazo de entrega: Os veículos deverão ser devidamente entregues ao Município em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

I - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o funcionamento dos veículos, objeto deste contrato.

II - É da Contratada a obrigação pelo pagamento de tributos, que incidirem sobre o bem ora adquirido em qualquer esfera.

III - Fazer-se representar a manter durante a vigência contratual, profissional habilitado, quando o objeto contratado ou assunto a se resolver requerer habilitação e qualificação de pessoal.

IV - Fornecer garantia de 01 (um) ano sem limite de quilometragem.

V - Os prazos serão contados a partir da entrega do objeto deste.

VI - Cumprir todas as demais obrigações constantes da licitação na modalidade de Pregão nº 35/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

I - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

II - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este CONTRATO serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município.

IV - Os casos omissos reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

V - Fazem parte do presente contrato as cláusulas fixadas na licitação - Pregão nº. 35/2015.

VI - O presente contrato será juntado nos autos do Processo nº. 71/2015, bem como no mesmo serão registradas todas as ocorrências e decisões administrativas.

VII - A contratada fornecerá de forma Direta o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO.

I - São causas de rescisão contratual aquelas estabelecidas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, além daquelas estabelecidas no edital de Pregão nº. 35/2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES.

I - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a - advertência.

b - multa, na forma prevista no instrumento convocatório.

c - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Consultoria Jurídica do município de Cordilheira Alta, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Cordilheira Alta (SC), de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Pela Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____